



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Ref.

Autos nº 0600133-88.2024.6.21.0056 - Recurso Eleitoral

Procedência: 056ª ZONA ELEITORAL DE TAQUARI

Recorrente: ANDREA LUISA SANTOS DE SOUZA

Relator: DES. ELEITORAL VOLNEI DOS SANTOS COELHO

RECURSO ELEITORAL. REGISTRO DE CANDIDATURA PARA VEREADOR INDEFERIDO. ELEIÇÕES 2024. FILIAÇÃO PARTIDÁRIA EXTEMPORÂNEA ANOTADA NO SISTEMA FILIA. DOCUMENTAÇÃO DE CARÁTER UNILATERAL CORROBORADA POR CONVERSAS DE *WHATSAPP*, DE NATUREZA BILATERAL E ACOMPANHADAS DE ATA NOTARIAL, QUE COMPROVAM A FILIAÇÃO, ASSIM COMO DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DA GREI RECONHECENDO A DESÍDIA. PARECER PELO PROVIMENTO DO RECURSO.

Exmo. Relator:

Colendo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul:

I - RELATÓRIO

Trata-se de recurso eleitoral interposto por ANDREA LUISA SANTOS DE SOUZA contra sentença que **indeferiu** seu registro de candidatura ao cargo de Vereador, pelo AVANTE, em Taquari, porque não atendida a condição de elegibilidade referente ao prazo mínimo de filiação partidária, conforme anotação no FILIA. (ID 45722503)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Inconformada, a recorrente, juntando documentos, alega que se filiou ao partido no prazo de 6 meses antes do pleito, de acordo com conversas mantidas no *WhatsApp* e com a lista interna processada no sistema FILIA. Aduz que um erro de grafia no lançamento de seu nome pela agremiação impediu a anotação tempestiva, fato reconhecido por escrito pela grei. Assim, pugna pela reforma da sentença para que seja deferido o registro de candidatura. (ID 45722509)

Após, foram os autos encaminhados a esse egrégio Tribunal e deles dada vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Assiste razão à recorrente.

O art. 9º da Lei 9.504/97 exige filiação a um partido político seis meses antes da eleição, neste ano até 06.04, e o art. 19 da Lei 9.096/95 incumbe os partidos de inserirem os dados do filiado no sistema eletrônico da Justiça Eleitoral, inclusive para cumprimento dos prazos de filiação partidária para efeitos de candidatura.

Quando a anotação no sistema eletrônico (FILIA) indica filiação intempestiva, “a prova de filiação partidária deverá ser realizada por **outros elementos de convicção, no próprio processo de registro de candidatura** ou na forma do § 2º do art. 11 desta Resolução, **não se admitindo** para tal finalidade **documentos produzidos unilateralmente, destituídos de fé pública.**” (§ 2º do art. 20 da Res. TSE n. 23.596/19).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Dessa forma, correta a sentença que indeferiu o registro, já que único elemento apresentado até a prolação foi a lista interna do partido, documento que não é apto a comprovar a filiação¹.

Não obstante, os documentos anexados ao recurso possuem o condão de provar o vínculo. Aliás, cabe admitir a juntada destes nesta fase recursal, na linha da jurisprudência do TSE referente a essa possibilidade² e com base no art. 266 do CE, pois não ficou caracterizada a desídia ou má-fé que impediriam tal providência³, especialmente em virtude da expectativa, não atendida, de que o registro fosse deferido com esteira nos elementos trazidos ao feito até então.

Nesse sentido, a **lista interna de filiados**, prova unilateral na qual consta a data de filiação no dia 05.04.24, é **corroborada por diálogos via WhatsApp** que constituem **prova de natureza bilateral**⁴, porquanto decorrem da interação entre, ao menos, duas pessoas - e ainda foram acompanhadas de ata notarial confirmando sua veracidade.

Essas conversas mantidas pelo aplicativo conduzem à **conclusão segura a respeito da manifestação de vontade e da filiação** ocorrida naquela data (05.04.24), quando ANDREA conversou com Max Pollita (ID 45722510), Presidente do Órgão Municipal do Avante (ID 45722518), sobre o procedimento para a filiação.

¹ Nesse sentido: TSE. AgR no REspE 060052565/PA, Rel. Min. Raul Araujo Filho, Acórdão de 03/11/2022, Publicado em Sessão 568, data 03/11/2022.

² Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 060376529, Acórdão, Min. Benedito Gonçalves, Publicado em Sessão, 10/11/2022.

³ Nesse sentido: AgR-REspEI 0605173-94/SP, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE de 2/8/2019.

⁴ Nesse sentido: “O **entendimento** do acórdão regional, ao considerar a documentação apresentada pela candidata **apta a comprovar a condição de elegibilidade** alusiva à **filiação partidária**, está de acordo com a orientação já firmada por este Tribunal no sentido de que as mensagens realizadas por meio do aplicativo WhatsApp podem constituir **prova de natureza bilateral**, prestando-se a tal finalidade.” TSE. AgrR no REspE 060079961/RN, Rel. Min. Sérgio Silveira Banhos, Acórdão de 27/10/2022, Publicado em Sessão 457, data 27/10/2022.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Ainda mediante *WhatsApp*, Antônio Porfírio, Secretário daquela grei, manteve interlocução com Max, o qual confirmou “deu certo a filiação da Andrea” (ID 45722511).

Além disso, o **Partido Avante**, por meio do Presidente do Diretório Municipal, prestou **declaração por escrito** atestando que ANDREA realizou pedido de filiação no dia 05.04 e, no entanto, por erro administrativo em relação à grafia do nome, essa registro não ficou lançado devidamente no FILIA. (ID 45722514)

Nesse contexto, **ficou comprovada**, não apenas com documentação unilateral como também com **prova bilateral**, **a filiação de ANDREA no dia 5 de abril de 2024 e a desídia do partido em não lançar tempestivamente o registro da filiação no sistema FILIA**, de modo a demonstrar a **filiação partidária tempestiva**, que apenas não foi registrada no prazo em razão de desídia da agremiação.

A propósito desse tema, em recente julgado⁵ esse e. TRE-RS assentou que “Conforme a redação atual do art. 11 da Resolução TSE n. 23.596/19, alterada pela Resolução TSE n. 23.668/21, **há presunção favorável à filiação partidária, a partir da alegação de desídia pelo filiado e do reconhecimento da tempestividade da filiação pelo partido.**”

Por conseguinte, **a pretensão recursal merece acolhida** por essa Corte Regional, com o **deferimento do registro de candidatura**, tendo em vista o reconhecimento da filiação no dia 05 de abril de 2024 e o preenchimento dos demais requisitos de elegibilidade, conforme certificado no ID 45722495.

⁵ Recurso Eleitoral 060008312/RS, Rel. Des. Patricia da Silveira Oliveira, Acórdão de 27/08/2024, Publicado em Sessão 363, data 28/08/2024. (g. n.)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por seu agente signatário, manifesta-se pelo **provimento** do recurso.

Porto Alegre, 22 de setembro de 2024.

ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI

Procurador Regional Eleitoral Auxiliar

RN